

## SUMÁRIO

PREFÁCIO – ANTONIO HERMAN BENJAMIN .....	9
APRESENTAÇÃO – JOSÉ RUBENS MORATO LEITE .....	11
NOTAS PRÉVIAS DOS AUTORES .....	13
INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL (SOCIO)AMBIENTAL .....	23
§1 O “esverdear” do Direito Constitucional .....	23
§2 A crise ecológica como resultado das “pegadas” do ser humano .....	27
§3 A ética da responsabilidade na perspectiva da “civilização tecnológica” (Hans Jonas) e da “sociedade de risco” (Ulrich Beck): do dever moral ao dever jurídico-constitucional de proteção do ambiente .....	30
§4 Constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente: o constitucionalismo ecológico em construção .....	33
§5 O direito fundamental (e humano) a viver em um ambiente equilibrado, saudável e seguro .....	34
§6 A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana .....	38
§7 A dignidade (e direitos?) das futuras gerações .....	40
§8 A dignidade para além do ser humano .....	41
§9 Estado Socioambiental de Direito, deveres estatais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável .....	42
§10 Um novo pacto político-jurídico socioambiental? .....	44
§11 O “renascimento” do princípio da solidariedade em decorrência da consagração constitucional da proteção ecológica .....	44
§12 Direitos fundamentais socioambientais? A interdependência e indivisibilidade dos direitos fundamentais .....	45
§13 <i>Pessoas necessitadas</i> em termos ambientais e/ou socioambientais e a problemática (e desafio) dos assim chamados <i>refugiados ambientais</i> .....	50
§14 O direito ao ambiente como um “direito fundamental completo ou como um todo” (Robert Alexy) .....	54
§15 A garantia constitucional da proibição de retrocesso socioambiental .....	54

## CAPÍTULO 1

A DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE  
DA PESSOA HUMANA E A DIGNIDADE DA VIDA EM GERAL

1. A <i>dimensão ecológica</i> da dignidade da pessoa humana .....	57
2. Dignidade da vida para além da humana? .....	62
2.1 Sobre a necessidade de repensar a concepção kantiana individualista e antropocêntrica de dignidade e avançar rumo a uma compreensão ecológica da dignidade da pessoa humana e da vida em geral .....	62
2.2 Algumas notas sobre a assim designada “Ética Animal”: um diálogo com o pensamento de Hans Jonas, Peter Singer e Tom Regan .....	69
3. A superação do paradigma jurídico antropocêntrico clássico e o reconhecimento da dignidade do animal não humano e da vida em geral no âmbito jurídico-constitucional brasileiro .....	73
4. Um novo contrato político-jurídico ecológico? .....	85
5. Conclusões articuladas .....	87

## CAPÍTULO 2

ESTADO SOCIOAMBIENTAL E MÍNIMO  
EXISTENCIAL SOCIOAMBIENTAL

1. Considerações iniciais .....	89
2. A proteção ambiental e a simultânea e harmônica realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) como fim e tarefa do Estado Constitucional – Socioambiental! – de Direito contemporâneo .....	93
2.1 Do Estado Liberal ao Estado Socioambiental de Direito .....	93
2.2 Desenvolvimento sustentável e Economia Socioambiental de Mercado? .....	102
3. Fundamentos jurídico-constitucionais de um direito fundamental ao mínimo existencial socioambiental: a tutela integrada do ambiente e dos direitos sociais como premissa do desenvolvimento sustentável .....	108
3.1 Do mínimo existencial social ao mínimo existencial socioambiental (ou ecológico) .....	108
3.2 O saneamento básico como exemplo emblemático para a caracterização do mínimo existencial socioambiental .....	116
3.3 Mínimo existencial socioambiental, democracia e justiça ambiental .....	121
4. Conclusões articuladas .....	124



## CAPÍTULO 3

## DEVERES FUNDAMENTAIS E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Introdução.....	129
1. Breves notas sobre o reconhecimento e evolução histórico-constitucional dos deveres fundamentais: dos deveres liberais e sociais aos deveres ecológicos....	131
2. Regime jurídico-constitucional dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....	140
2.1 A estrutura normativa do “direito-dever” fundamental de proteção e promoção de um ambiente saudável (ecologicamente equilibrado) .....	140
2.2 Sentido e alcance da dupla fundamentalidade formal e material na seara dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....	145
2.3 As funções defensiva (negativa) e prestacional (positiva) dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....	150
2.4 Uma tentativa de classificação dos deveres fundamentais de proteção do ambiente pela perspectiva dos seus destinatários .....	154
2.4.1 Deveres fundamentais de proteção do ambiente de cunho transnacional (em relação a pessoas situadas em outros Estados) .....	155
2.4.2 Deveres fundamentais de proteção do ambiente para com as gerações futuras .....	157
2.4.3 Deveres fundamentais de proteção do ambiente para com os animais não humanos e a Natureza como um todo.....	160
2.5 Deveres fundamentais de proteção do ambiente, limitações “ecológicas” a direitos fundamentais e proporcionalidade como proibição de intervenção excessiva e vedação de tutela insuficiente .....	162
3. Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria de deveres fundamentais de proteção do ambiente .....	164
3.1 O novo regime jurídico-constitucional da propriedade (e da posse) em face da consagração constitucional da sua função socioambiental e dos deveres fundamentais de proteção do ambiente.....	164
3.2 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre reserva legal e área de preservação permanente em face dos deveres fundamentais de proteção do ambiente do proprietário ou possuidor do imóvel .....	171
4. Conclusões articuladas .....	178

## CAPÍTULO 4

DEVERES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO  
E PROIBIÇÃO DE RETROCESSO EM MATÉRIA (SOCIO)AMBIENTAL

1. Os deveres de proteção do Estado em matéria ambiental: entre proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente .....	181
1.1 Breves considerações sobre os <i>deveres de proteção ambiental</i> do Estado brasileiro .....	181
1.2 A inconstitucionalidade de medidas violadoras da <i>proibição de proteção insuficiente</i> na esfera da tutela do direito fundamental ao ambiente .....	188
2. A garantia constitucional de <i>proibição de retrocesso</i> : da proibição de retrocesso social à proibição de retrocesso (socio)ambiental.....	191
3. Estudos de caso sobre a garantia constitucional de proibição de retrocesso (socio)ambiental .....	209
3.1 A controvérsia em torno da (in)constitucionalidade do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 14.675, de 13 de abril de 2009) do Estado de Santa Catarina.....	209
3.2 O Projeto de Lei (1.876/99) de reforma do Código Florestal Brasileiro..	217
4. Conclusões articuladas.....	221

## CAPÍTULO 5

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO  
NA TUTELA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS  
(E DEVERES) SOCIOAMBIENTAIS

1. Considerações iniciais.....	225
2. Breves considerações sobre a atuação do Poder Judiciário brasileiro em sede de tutela e efetivação dos direitos (e deveres) socioambientais: a prestação jurisdicional vinculada aos deveres de proteção do Estado para com o ambiente .....	227
3. A proteção do ambiente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal .....	232
3.1 O regime jurídico dos direitos e deveres fundamentais socioambientais e sua consagração pelo Poder Judiciário, com destaque para a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	232
3.2 O caso das “áreas de preservação permanente” e da “reserva legal” – Limitações ao direito de propriedade e os deveres fundamentais de proteção do ambiente dos particulares .....	235



3.3. A questão da “inversão do ônus da prova” em processos judiciais em matéria ambiental – Uma questão de “paridade de armas” entre os litigantes nas ações coletivas ambientais .....	237
3.4. O problema da crueldade contra os animais – A tutela constitucional do bem-estar dos animais e da dignidade da vida .....	240
3.5. O caso do “saneamento ambiental” – A garantia de uma qualidade mínima de vida em matéria socioambiental .....	242
3.6. O caso da “importação de pneus usados” – O Supremo Tribunal Federal e o desenvolvimento sustentável .....	247
4. Considerações finais: enfatizando o possível papel do Poder Judiciário na tutela e efetivação dos direitos e deveres socioambientais .....	250
LEGISLAÇÃO .....	257
JURISPRUDÊNCIA .....	261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	265